

O Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil é celebrado na próxima segunda-feira, 12 de junho. No entanto, em Olinda, o tema tem sido debatido há algumas semanas. Cinco escolas municipais realizaram diversas atividades sobre o assunto.

Em parceria com o Ministério Público do Trabalho em Pernambuco, a Prefeitura de Olinda, através do Núcleo de Acolhimento Psicossocial e Pedagógico, abordou o assunto nas seguintes escolas municipais: Manoel Borba (Sítio Novo), Allan Kardec (Salgadinho), Criança Feliz (Bultrins), Santa Tereza e Ageu Magalhães (Vila Popular).

Gestores e professores da rede municipal de ensino receberam conhecimento sobre o tema, pelo MPT-PE, e repassaram para os alunos. De maneira lúdica, as crianças e adolescentes abordaram o tema com debates, pesquisa, apresentações, criação de músicas, entre outros, com o objetivo de dizer “não” para o trabalho infantil. Veja o que disse Fabiana Leal, coordenadora do Núcleo de Acolhimento Psicossocial e Pedagógico (NAPP), sobre a ação.

“De acordo com o papel social que a escola exerce na vida de crianças e adolescentes, perpassando a um contexto mais global de responsabilidade com a sociedade e de formação cidadã, faz-se necessário ações para o enfrentamento do trabalho infantil com intuito de assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, inúmeros acontecimentos, que convergem com a ausência de conhecimento e orientação no que tange a violação de direitos, esse protagonismo não são executados em sua totalidade e potencialidade”.

*“Dessa forma, são iniciativas como o projeto MPT na Escola, do Ministério Público do Trabalho (MPT), que procuram articular, apoiar e fortalecer parcerias com a comunidade escolar para que tanto educadores e até mesmo familiares dos estudantes abracem essa causa”.*

*“Entendendo a relevância desse projeto, a Secretaria de Educação de Olinda,*

*através do Núcleo de Acolhimento Psicossocial e Pedagógico - NAPP foi até algumas de suas escolas com intuito de sensibilizar e capacitar seus professores não só para detectar e intervir em situações de trabalho infantil, mas também, conscientizar a comunidade escolar de que as crianças e adolescentes são sujeito de direitos e que seu devido lugar é na escola. Dessa forma, visa prioritariamente, a promoção de direitos e o empedramento dos estudantes”.*

*“Vale salientar, que o alcance do mesmo, não se resume aos docentes, já que é uma articulação com as secretarias de educação mais o MPT para inserção da temática de direitos das crianças e adolescentes a sua demanda pedagógica”.*

